

Professor Dourado Ritta

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

Conteúdo Programático

Carga Horária: 90 horas-aula

Competências:

- Identificar os resultados de uma empresa, através de suas demonstrações financeiras;
- Realizar encerramento contábil anual de empresas em geral;
- Estruturar demonstrações financeiras;
- Analisar dados qualitativos e quantitativos a partir de demonstrações financeiras.

Habilidades:

- Efetuar ajustes finais de período para encerramento do exercício;
- Montar o Demonstrativo de Resultado do Exercício, Balanço Patrimonial e outras demonstrações financeiras;
- Elaborar as demonstrações financeiras de acordo com normas técnicas, analisando-as em diferentes aspectos.

Bases Tecnológicas:

I - Encerramento do Exercício:

1. Exercício
2. Balancete de Verificação
3. Apuração e contabilização do Lucro Bruto
4. Provisão para depreciações
5. Provisão para devedores duvidosos
6. Correção Monetária
7. Custo das Mercadorias Vendidas
8. Apuração do resultado do exercício
9. Provisão para o imposto de renda
10. Provisão para a contribuição social
11. Distribuição do lucro e formação de reservas
12. Elaboração do balancete final

II - Demonstrações financeiras:

13. Demonstração de Resultado do Exercício
14. Balanço Patrimonial
15. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
16. Demonstração das origens e aplicações de recursos
17. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
18. Publicação das demonstrações financeiras

III - Noções de Análise de Balanços:

19. Tipos de cálculos
20. Índices de Liquidez
21. Índices de estrutura patrimonial
22. Índices de rotatividade
23. Índices de rentabilidade
24. Outros Índices

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

APRESENTAÇÃO E SONDAGEM

Este conteúdo serve para o aluno, que chega nesta etapa, recapitular pontos importantes antes de entrar no conteúdo que será proporcionado a ele para obter conhecimentos da fase mais importante e empolgante da contabilidade, que é a estrutura e análise das demonstrações financeiras, pois é onde todos os interessados em obter informações sobre uma determinada empresa, as buscam.

As demonstrações financeiras de uma instituição refletem o grau de segurança e liquidez da mesma, e nosso objetivo a partir de agora é transmitir-lhe um pouco de conhecimento sobre o assunto.

Para que possamos começar o trabalho proposto, faz-se necessário que o aluno neste momento inicial, passe por um teste e demonstre os conhecimentos obtidos nas etapas anteriores, que servirão de base para sua aprendizagem.

Este teste tem um objetivo auto-avaliativo. Apenas avalia seus conhecimentos básicos do conteúdo desenvolvido em etapas anteriores.

RESOLVA OS EXERCÍCIOS PRATICOS PROPOSTOS A SEGUIR

1) Classificação de Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido:

Escrever no espaço em branco se os itens ao lado esquerdo são representativos de Ativos (A), Passivos (P) ou Patrimônio Líquido (PL).

CLASSIFICAÇÃO

- | | <u>TÍTULO</u> |
|---------------------------------------|---------------|
| a) Ordenados a pagar..... | _____ |
| b) Dinheiro depositado em banco..... | _____ |
| c) Ações de outras companhias..... | _____ |
| d) Imposto de renda a pagar..... | _____ |
| e) Estoque de Mercadorias..... | _____ |
| f) Computadores..... | _____ |
| g) Terrenos..... | _____ |
| h) Duplicatas a receber..... | _____ |
| i) Empréstimos bancários a pagar..... | _____ |
| j) Encargos sociais a pagar..... | _____ |
| k) Marcas registradas..... | _____ |
| l) Gratificações a pagar..... | _____ |
| m) Capital Social..... | _____ |

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

- n) Comissões a pagar..... _____
- o) Máquinas e equipamentos..... _____
- p) Empréstimos concedidos a empregados..... _____
- q) Títulos a receber..... _____
- r) Aplicações Financeiras..... _____
- s) Imóveis (edificações)..... _____
- t) Contas a pagar..... _____

2) Alterações no ativo, passivo exigível e patrimônio líquido:

Informar quais variações as transações abaixo provacam no ativo, passivo exigível ou patrimônio líquido. Usar os sinais: (+) para aumento, (-) para diminuições e (sv) no caso de a transação não gerar variação em algum dos componetes.

<i>ord.</i>	<i>acontecimento</i>	<i>A</i>	<i>P</i>	<i>PL</i>
1	Sete pessoas formam uma sociedade e entregam ao gerente o dinheiro correspondente ao investimento inicial	+	sv	+
2	Compra de um veículo a vista	+ -	sv	sv
3	Compra de um computador, a prazo	+	+	sv
4	Pagamento de duplicata referente à compra do computador	-	-	sv
5	Pagamento de Aluguel	-	sv	-
6	A empresa prestou serviços a terceiros e deverá receber o valor posteriormente	+	sv	+
7	Compra de gasolina para o veículo, para pagamento no final do mês	sv	+	-
8	Recebeu o valor de um empréstimo tomado ao banco	+	+	sv
9	Pagou a despesa de gasolina da transação nº 7	-	-	sv
10	Venda de mercadorias a vista	+ -	-	?
11	Pagamento de comissões aos vendedores	-	sv	-
12	Compra a prazo de material de escritório (para consumo)	sv	+	-
13	Pagamento do empréstimo que tomou (transação nº 8)	-	-	sv
14	Os sócios resolveram aumentar o capital da empresa, entregando o valor ao gerente	+	sv	+
15	Recebimento de comissões por serviços de corretagem	+		+

3) Registro dos fatos acontecidos:

Dizer quais lançamentos devem ser feitos após cada uma das transações descritas abaixo:

- a) Pagamento do aluguel de uma sala utilizada para escritório

Débito: _____ Despesas de Aluguel _____

Crédito: _____ Caixa _____

- b) Prestação de serviços a terceiros, para recebimento posterior, dentro do exercício.

Professor Dourado Ritta

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

Débito: Duplicatas a Receber

Crédito: Serviços Prestados

c) Compra de Mercadorias para revenda, com pagamento à vista

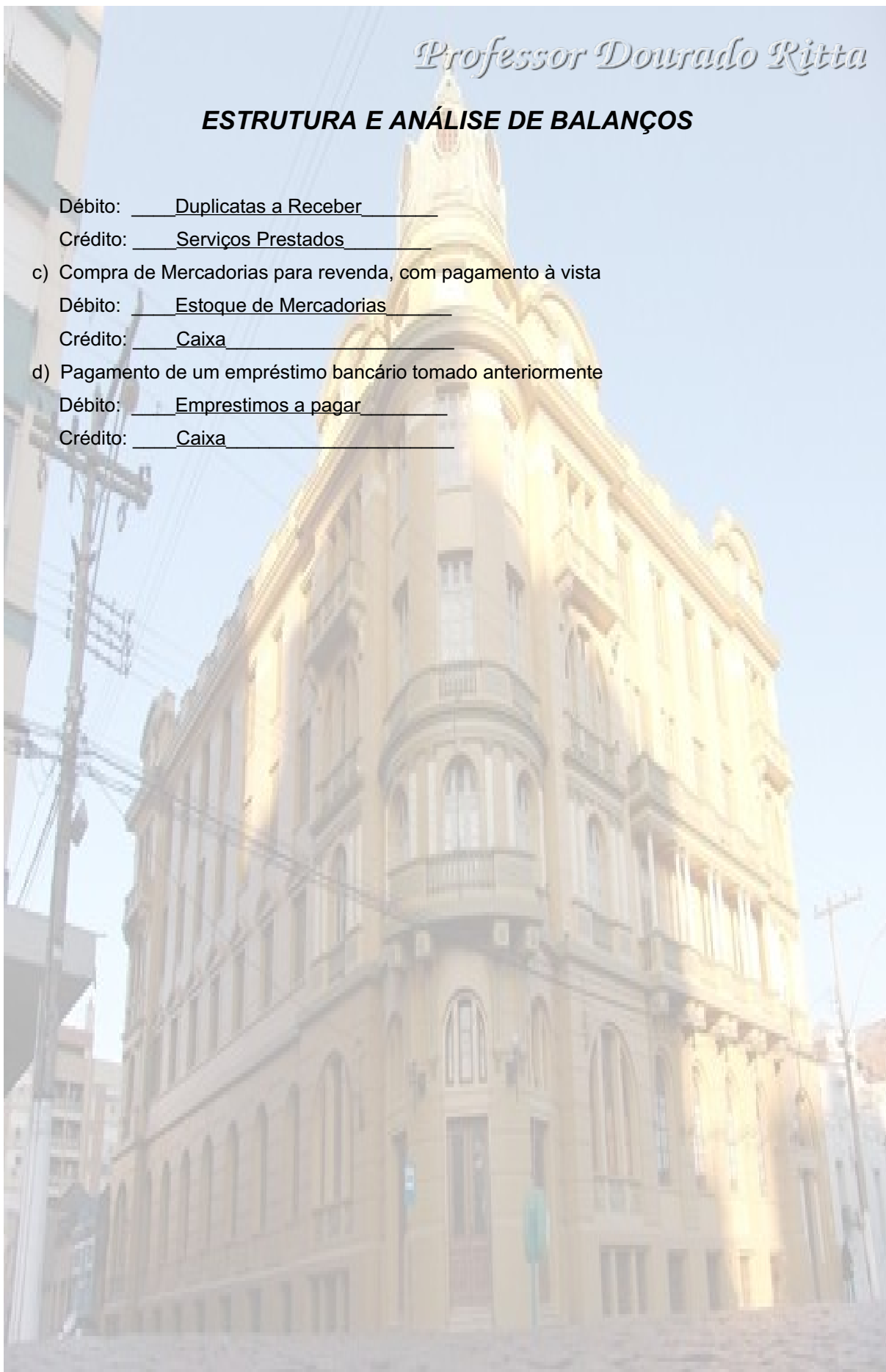
Débito: Estoque de Mercadorias

Crédito: Caixa

d) Pagamento de um empréstimo bancário tomado anteriormente

Débito: Empréstimos a pagar

Crédito: Caixa



ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

CONTEÚDO DA DISCIPLINA GERALMENTE APLICADOS NAS ESCOLAS

Introdução:

Como já ensinado em etapas anteriores, as empresas costumam levantar regularmente balancetes de verificação. Estes, entretanto, têm valor apenas para efeito interno de controle. Agora, veremos quando e como transformar o balancete de verificação em demonstrações financeiras, para efeitos externos, ou seja, para apresentação a terceiros interessados.

Entretanto, serão necessários alguns conhecimentos teóricos gerais, que serão transcritos do item 1 ao item 12 a seguir, compondo a primeira parte do conteúdo programático da disciplina.

I - ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

1) Exercício (Exercício Social):

Quando uma empresa é constituída, seus proprietários estabelecem uma determinada data, considerada oficialmente como aquela de encerramento do exercício social, ou seja, aquela data em que a companhia faz um levantamento do seu ativo, passivo e patrimônio líquido, após um período de doze meses de atividade.

Dessa forma, o exercício social corresponde a um período contábil de doze meses, encerrado em determinada data (normalmente no último dia de algum mês). Entretanto, nem sempre o exercício social compreende as atividades de uma companhia durante doze meses. Supondo que uma empresa seja constituída em 01 de junho de X1, e que estabeleça como data de encerramento do exercício social 31 de dezembro de cada ano, no primeiro ano de operações o período contábil compreenderá as transações de apenas sete meses. Nos anos subseqüentes, porém, o período contábil de cada exercício terá a duração de doze meses. Um outro exemplo se verifica quando a companhia decide mudar a data de encerramento do exercício social. Nesse caso, o período contábil poderá englobar mais meses ou menos do que o período normal de doze.

No final de seu exercício social, toda a empresa deve apurar o resultado entre despesas e receitas obtido no período. Esse resultado irá aumentar (se for lucro) ou diminuir (se for prejuízo) o patrimônio líquido da empresa.

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

2) Balancete de Verificação

a) incluindo despesas e receitas de um período contábil:

Este tipo de balancete, é o mesmo que foi utilizado nos exercícios dos módulos anteriores. Consiste em apresentar os saldos respectivos de todas as contas da contabilidade, inclusive as de despesas e receitas, na mesma demonstração.

Vejamos um exemplo:

Empresa X S.A.

Balancete de Verificação em 31/12/X1

<i>Contas</i>	<i>saldos devedores \$</i>	<i>saldos credores \$</i>
Bancos	100,00	
Duplicatas a Receber	300,00	
Estoque	350,00	
Móveis e Utensílios	40,00	
Capital Social		400,00
Lucros Acumulados		27,00
Fornecedores		300,00
Contas a pagar		50,00
Custo das Mercadorias Vendidas	270,00	
Despesas de Salários	50,00	
Despesas de aluguel	12,00	
Despesas diversas	5,00	
Vendas		330,00
Receitas Eventuais		20,00
	1.127,00	1.127,00

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

b) apresentando apenas o resultado de um período contábil:

Este outro tipo de balancete consiste em não apresentar os saldos respectivos das contas de despesas e receitas de um exercício, mas apenas o resultado entre os mesmos.

No exemplo do tópico anterior, as receitas e despesas da Empresa X durante o exercício findo eram:

<i>Despesas</i>	<i>saldos \$</i>
Custo das Mercadorias Vendidas	270,00
Despesas de Salários	50,00
Despesas de aluguel	12,00
Despesas diversas	5,00
A - Total de despesas	337,00
<i>Receitas</i>	<i>saldos \$</i>
Vendas	330,00
Receitas eventuais	20,00
B - Total de Receitas	350,00
Resultado do exercício - Lucro (B - A)	13,00

O balancete de verificação da Empresa X, apresentando apenas o resultado do período contábil, seria como a seguir:

EMPRESA X

Balancete de verificação

em 31/12/x1

contas	<i>saldos devedores \$</i>	<i>saldos credores \$</i>
Bancos	100,00	
Duplicas a Receber	300,00	
Estoque	350,00	
Moveis e Utensílios	40,00	
Capital Social		400,00
Lucros Acumulados		27,00
Fornecedores		300,00
Contas a Pagar		50,00
Resultado do exercício - lucro		13,00
	790,00	790,00

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

3) Apuração e Contabilização do Lucro Bruto:

Para apurarmos o Lucro Bruto, precisamos conhecer a Receita Líquida da empresa. Esta é o resultado da Receita Bruta menos as Deduções.

A Receita Bruta por sua vez, é o total bruto vendido no período. Nela estão inclusos os impostos sobre vendas (os quais pertencem ao governo) e dela não foram subtraídas as devoluções (vendas canceladas) e os abatimentos (descontos) ocorridos no período.

Impostos e taxas sobre vendas são aqueles gerados no momento da venda; variam proporcionalmente à venda, ou seja, quanto maior for o total de vendas, maior será o imposto. Os mais comuns são: IPI, ICMS, ISS, PIS, etc.

Vejam um exemplo:

Admita-se que a Empresa X, que é uma indústria, tenha emitido uma nota fiscal de venda cujo preço do produto seja de \$ 10.000,00 mais 30% de IPI. O ICMS (18%) está incluso no preço do produto:

<i>Empresa X 001 S-A1 Av.das Industrias,001 Paulo - SP</i>	<i>Nota Fiscal nº - São</i>
Preço do Produto	10.000,00
IPI 30%	3.000,00
Preço Total	13.000,00
ICMS incluso no preço 18% sobre \$ 10.000,00 =	0,00

<i>Demonstrativo de resultado do Exercício Empresa X</i>	
Receita Bruta	13.000,00
(-) Deduções - IPI	-3.000,00
- ICMS	-1.800,00
Receita Líquida	8.200,00

Na verdade, os impostos sobre vendas não pertencem à empresa, mas ao governo. Ela é uma mera intermediária que arrecada impostos junto ao consumidor e recolhe ao governo; por isso, não devem ser considerados como receita real da empresa.

Devoluções (vendas canceladas) - são mercadorias devolvidas por estarem em desacordo com o pedido (preço, qualidade, quantidade, avaria). O comprador, sentindo-se prejudicado, devolve total ou parcialmente a

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

mercadoria. As vezes, a empresa vendedora, na tentativa de evitar devolução, propõe um *abatimento* no preço (*desconto*) para compensar o prejuízo ao comprador. Tanto a devolução como o abatimento aparecem deduzindo a Receita Bruta na DRE.

Vejamos um exemplo:

Suponha-se que a Empresa X tenha vendido \$ 5.000,00 de mercadorias de má qualidade, metade para o comprador "A" e metade para o comprador "B". A empresa "A" devolveu 20% do lote e a empresa "B" aceitou a proposta da Empresa X de 10% de abatimento para evitar a devolução.

		<i>Demonstrativo de resultado do Exercício</i>	
		<i>Empresa X</i>	
		Receita Bruta	5.000,00
A - 20% sobre \$ 2.500,00	>	(-) Deduções - Devolução	-500,00
B - 10% sobre \$ 2.500,00	>	- Abatimentos	-250,00
		Receita Líquida	4.250,00

Portanto, *deduções* são ajustes (e não despesas) realizados sobre a Receita Bruta para se apurar a Receita Líquida. O que interessa para a empresa é efetivamente a Receita Líquida que é o que sobra em termos de receita.

Portanto, consideraremos como sendo a Venda de Mercadorias, a Receita Líquida da empresa, para então chegarmos no lucro bruto.

Lucro Bruto é a diferença entre a Venda de Mercadorias e o Custo dessa Mercadoria Vendida, sem considerar despesas administrativas, de vendas e financeiras. Para uma empresa prestadora de serviços o raciocínio é o mesmo: Lucro Bruto é a diferença entre a Receita e o Custo do Serviço Prestado sem considerar aquelas despesas acima referidas.

Resumindo, subtrai-se da receita o custo da mercadoria ou do produto, ou o do serviço para ser colocado à disposição do consumidor, desprezando-se as despesas administrativas, financeiras e de vendas.

O Lucro Bruto, após cobrir o custo da fabricação do produto (ou o custo da mercadoria adquirida para revenda, ou o custo do serviço prestado), é destinado à remuneração das despesas de vendas, administrativas e

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

financeiras, bem como a remuneração do governo (Imposto de Renda) e dos proprietários da empresa (Lucro Líquido).

Quanto maior for a fatia denominada Lucro Bruto, maior poderá ser a remuneração dos administradores, dos diretores, do pessoal de vendas, do governo, dos proprietários da empresa, etc.

Quanto à contabilização, os impostos são lançados em contas próprias a recolher e são indicados no passivo (como uma conta a pagar). As deduções por devoluções ou abatimentos são contabilizadas em conta própria (devoluções de mercadorias ou abatimento sobre vendas). Em todos os casos, a contrapartida deverá ser em venda de mercadorias, para que tal conta expresse a real receita.

4) Provisão para depreciações:

Em contabilidade existe um conceito fundamental que exige que todas as receitas e despesas de uma companhia devem ser contabilizadas dentro do exercício em que se realizaram, mesmo que não tenham sido pagas (despesas) ou recebidas (receitas). É o chamado “conceito de competência de exercícios”.

Existe ainda um outro conceito fundamental que manda que todas as despesas e possíveis perdas ou prejuízos devem ser contabilmente previstos, porém nenhuma receita deve ser antecipadamente reconhecida na contabilidade como tal. Esse é o chamado “conceito de conservadorismo” na escrituração das transações.

Uma despesa é considerada realizada quando o fato que a gerou já ocorreu. Algumas vezes porém, por qualquer motivo a despesa ainda não foi paga. Nesse caso, uma empresa deve prever contabilmente o pagamento da mesma, ou em outras palavras, deve fazer uma provisão, através do registro da dívida na contabilidade.

Por outro lado, muitas vezes uma empresa possui ativos cujo valor pelo qual estão registrados na contabilidade é superior ao valor real que a empresa poderia obter, se convertesse esses ativos em numerário. Nesse caso, a empresa deve contabilizar uma provisão de forma a fazer com que o valor contábil dos ativos passe a corresponder ao seu valor de realização.

No caso específico do ativo imobilizado (também chamado de ativo fixo) o custo de aquisição dos bens é o valor pelo qual são registrados na contabilidade de uma companhia. Tais bens com o passar do tempo e pelo desgaste, sofrem uma redução em seu valor original (sem considerar a correção monetária). Tal redução, denominamos depreciação.

Dizemos então, que a depreciação de bens representa a diminuição de seu valor

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

em conseqüência do desgaste pelo uso, ação da natureza e/ou obsolescência. Como exemplo podemos citar: Predios; Veículos; Maquinas e Equipamentos; Moveis e Utensílios; Ferramentas; etc.

Por outro lado, também existem bens do ativo imobilizado que não estão sujeitos à depreciação, pelo fato de, ao invés de perderem seu valor, conseguirem se valorizar com o decorrer do tempo, como é caso dos terrenos, das antiguidades, das obras de arte, entre outras.

Para que a contabilidade possa ficar devidamente ajustada ao bem depreciado, serão necessários alguns lançamentos, que serão da seguinte forma:

Débito: Despesa de depreciação

Crédito: Depreciação acumulada

Salienta-se no entanto, que o valor da conta do bem continua sempre com o valor histórico (corrigido) e que o valor da depreciação acumulada é sempre apresentado juntamente com o principal, mas de forma a reduzir o mesmo, ou seja, trata-se de uma conta redutora.

A contabilização da depreciação poderá ser feita ao final do exercício, mas nada impede que seja feita de forma trimestral ou mensal.

5) Provisão para devedores duvidosos:

Conceito:

Como é óbvio, nenhuma empresa efetua vendas a prazo a outras empresas sabendo antecipadamente que estas não terão condições de liquidar a dívida. Assim, espera-se que todos os créditos, quando concedidos por uma companhia, representem contas a receber cobráveis, em maior ou menor prazo. Algumas vezes, entretanto, determinada empresa a quem foi concedido crédito perde a capacidade de liquidar suas dívidas, gerando um prejuízo para quem tinha valores a receber da mesma.

Suponhamos uma empresa Z que efetue, no exercício de X1, uma venda a prazo à empresa X no valor de R\$ 5.000. Ao contabilizar a venda, a empresa Z registrará um débito na conta de duplicatas a receber e um crédito no mesmo valor na conta de vendas (receita). Suponhamos, ainda, que a duplicata tivesse vencimento para X2, e que a empresa X tivesse falido precisamente neste ano, não tendo qualquer condição de pagar a dívida para com a empresa Z, que assim teria um prejuízo no valor de R\$ 5.000; desde que a duplicata a receber se tornou incobrável, deve ser feito um lançamento a debito da conta de prejuízo com duplicatas incobráveis e a crédito de duplicatas a receber, eliminando esse valor do ativo da cia. Ocorreu, portanto, que a venda gerou uma receita em X1

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

(aumentando o resultado desse exercício) e um prejuízo em X2 (diminuindo o resultado nesse exercício), o que representou uma distorção nos resultados de ambos os exercícios.

Como já vimos, todos os possíveis prejuízos futuros devem ser contabilizados no exercício em que forem observados. O maior problema, entretanto, é como saber quando uma conta a receber tornar-se-á incobrável e como determinar o valor do prejuízo que a cia. terá.

Para resolver esse problema, a boa técnica contábil exige que a cia. constitua, em cada exercício, uma provisão para atender a contas incobráveis. mais comumente conhecida como provisão para devedores duvidosos.

Determinação do valor da provisão:

A determinação do valor da provisão para devedores duvidos a ser constituída deve ser feita considerando dois aspectos: o contábil e o fiscal.

Sob o aspecto contábil, para determinação do valor da provisão a ser constituída, os seguintes procedimentos devem ser seguidos:

- Análise das contas a receber de cada cliente, pra observar a existência de contas vencidas e não pagas e as possibilidades de a cia. vir a cobrar cada conta. As contas de cobrança duvidosa devem ser relacionadas.
- verificação da existência de contas a receber de companhias que estejam em concordata, ou em estado falimentar. Analisar a possibilidade de cobrança de cada conta a receber, determinando o valor efetivamente incobrável.

O valor total considerado como de cobrança duvidosa ou incobrável deve ser apurado e representará o valor da provisão a ser constituída.

Sob o aspecto fiscal, é aceito como despesa dedutível de um exercício, independente de comprovação, o valor correspondente a 3% do total das contas a receber na data do balanço.

6) Correção Monetária:

Variações Monetárias - A legislação brasileira entende como variações monetárias as variações cambiais e as correções monetárias (de dívidas) não prefixadas, ou seja, pós-fixadas.

Varição cambial: - Se uma empresa contrai um empréstimo em moeda estrangeira, por exemplo, 1.000 dolares, no início do ano, quando cada dólar está cotado a R\$ 1,60, sua dívida corresponde a R\$ 1.600.

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

Todavia, com a desvalorização do real, um dólar pode estar cotado a R\$ 1,90 no final do período. Dessa forma, a dívida corresponde a 1.900 dólares no fim do exercício, havendo uma *variação cambial* de 300 dólares (estes 300 dólares são despesa para a empresa).

Correção Monetária - O mesmo raciocínio se pode utilizar para a correção monetária (de dívidas), em moeda nacional, em virtude da queda do poder aquisitivo do dinheiro (inflação). Entretanto, não deverá ser classificado neste grupo o resultado da correção monetária (de dívidas) cujo índice de correção é prefixado no momento da concessão do empréstimo (neste caso, ter-se-á uma despesa financeira).

As variações monetárias serão deduzidas do lucro quando houver perda monetária e somadas ao lucro quando houver ganho monetário.

O grupo de Variações Monetárias pode ser destacado dentro do grupo de Despesas Financeiras ou após este grupo, na Demonstração de Resultado do Exercício.

Com relação à Correção Monetária do Balanço Patrimonial, é um procedimento praticado por empresas no Brasil, há muitos anos, de uma forma ou de outra. Mas foi somente a partir de 1976, quando foi sancionada a Lei das Sociedades Por Ações (Lei.6404/76), que a correção monetária tomou a forma de que se reveste atualmente.

A Lei 6.404/76 tornou obrigatória para as sociedades anônimas a contabilização anual de correção monetária do balanço e, complementarmente, o Decreto-Lei 1.598/77 regulamentou as normas da Lei, adaptando a legislação de imposto de renda ao sistema de correção monetária estabelecido.

CONCEITO E MECANISMO BÁSICO DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Conceito - Na sua forma atual, a CM do BP consiste em corrigir anualmente, mediante aplicação de índices oficiais, o valor contábil do ativo permanente e do patrimônio líquido das empresas, agregando às contas desses grupos o valor resultante, tendo como contrapartida conta de despesa ou receita do exercício.

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

Mecanismo Básico - Muito sumariamente, vejamos um exemplo para ilustrar o mecanismo básico da CM do B, considerando uma empresa que não sofreu qualquer variação no valor do ativo permanente ou no do patrimônio líquido durante o exercício, findo o qual o seguinte cálculo seria feito, considerando o índice oficial de correção de 50%.

<i>grupo</i>	<i>valor</i>	<i>índice</i>	<i>CM</i>	<i>novo valor</i>
Ativo Permanente	10.000,00	50,00%	5.000,00	15.000,00
Patrimônio Líquido	12.000,00	50,00%	6.000,00	18.000,00
Valor Líquido da CM			1.000,00	

Assim, o valor de \$ 5.000 seria agregado ao ativo permanente, \$ 6.000 ao patrimônio líquido e \$1.000 ao resultado do exercício (como despesa, desde que o patrimônio líquido seja maior que o ativo permanente; caso contrário, o resultado seria uma receita).

COMENTARIOS ADICIONAIS

Periodicidade - O cálculo e contabilização da CM são obrigatórios para fins de levantamento do balanço patrimonial na data de encerramento do exercício social das empresas, ou seja, ao menos uma vez por ano. Nada impede, entretanto, que a CM seja contabilizada mensalmente ou com outra periodicidade qualquer, permitindo a elaboração de balancetes mensais adequados.

CM do Capital Social realizado - Uma das contas do Patrimônio Líquido a corrigir é a do capital social integralizado. Ocorre que qualquer modificação no valor do capital social de uma sociedade deve ter a aprovação prévia dos seus acionistas. Daí ser esta a única conta na qual o valor da correção monetária não é incorporado à própria conta, mas creditado a uma conta de *correção monetária do capital realizado* (do grupo "reservas de capital"), à espera de aprovação dos acionistas, em assembléia geral, para ser incorporada ao capital social.

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

7) Custo das Mercadorias Vendidas:

Como já foi especificado no capítulo 3 deste conteúdo, embora tenhamos rotulado este capítulo de “Custo das Mercadorias Vendidas”, na verdade poderá ser também chamado de “Custo do Produto Vendido” no caso de ser relativo à indústria, ou ainda, “Custo do Serviço Prestado” no caso de empresa prestadora de serviços.

Então, (genericamente denominado “custo de vendas”) o valor que se paga pelas mercadorias compradas - inclusive frete e seguros - representa o custo das mercadorias em estoque.

Outrossim, as vendas de mercadorias são realizadas por um preço normalmente maior do que aquele que foi pago pelas mesmas, e que é chamado de valor de venda.

Assim, quando se efetua uma venda, dois registros são necessários:

- o registro da venda propriamente dita, pelo seu preço de venda, e
- o registro da baixa, da conta do estoque, do valor correspondente ao preço de custo da mercadoria que foi vendida.

Para melhor entendimento, vejamos as seguintes transações:

1 - Uma companhia compra 50 cadeiras (para revender) ao preço unitário de \$ 20,00 por cadeira (inclusive frete e seguro), pagando à vista.

lançamento:

		\$	\$
débito	Estoque de mercadoria	1.000	
crédito	Banco c/ movimento		1.000

2 - A mesma companhia vende 30 cadeiras, ao preço de \$ 40 cada uma, recebendo à vista o valor total.

lançamento:

		\$	\$
1	débito	Banco c/ movimento	1.200
	crédito	Vendas	1.200
2	débito	Custo das Mercadorias Vendidas	600
	crédito	Estoque de Mercadorias	600

Explicação: No lançamento 1 a Cia. registrou o valor da venda e o valor recebido. No

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

lançamento 2 a Cia. deu baixa da conta “estoques”, de 30 cadeiras vendidas, mas ao preço que lhe custou e não ao preço pelo qual as cadeiras foram vendidas. O valor das cadeiras não vendidas permaneceu registrado na conta “estoques” pelo preço de custo. Dessa forma o Custo da Mercadoria Vendida, representa o valor da compra da mercadoria vendida.

8) Apuração do Resultado do Exercício:

Conforme já explicado e exemplificado no item 2 deste programa quando apresentamos primeiramente um balancete de verificação incluindo despesas e receitas de um período contábil e, após, apresentando o mesmo balancete, porém, não mais demonstrando as despesas e receitas do período, mas apenas o resultado entre elas, que no caso foi um lucro, temos que tal, representa a apuração do resultado de determinado exercício.

Reportando-nos ainda ao exemplo do item 2, quando apuramos um lucro, este é o valor que aparece no balanço patrimonial, classificado no grupo do patrimônio líquido.

Em resumo, as despesas e receitas aparecem no balanço patrimonial pelo seu resultado líquido. É comum, entretanto, ouvirmos que o balanço patrimonial consiste na apresentação de todas as contas da contabilidade de uma companhia, disposta em forma relativamente padronizada. Nesse caso, se as contas de receita e despesa apresentassem saldo, por óbvio que apareceriam no balanço patrimonial. Para que isso não aconteça, a companhia faz, geralmente no final do exercício, uma transferência contábil dos saldos respectivos de todas as contas de receitas e despesas, para uma única conta, chamada “conta de resultado”. Essa conta é debitada pelo valor total das despesas, e creditada pelo total das receitas. A diferença entre os débitos e créditos nessa conta será o resultado do exercício.

Vejamos como deve ser feita a transferência de despesas e receitas para a conta de resultado, utilizando os dados da Empresa X mencionada no item 2 deste programa, cujo balancete vestibular apresentava saldo nas seguintes contas:

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

	<i>Saldos</i> <i>Devedores \$</i>	<i>Saldos</i> <i>Credores \$</i>
CMV	270	
Despesas de salário	50	
Despesas de aluguel	12	
Despesas diversas	5	
Vendas		330
Receitas eventuais		20
	337	350

Os lançamentos de transferência para a conta de resultado são os seguintes:

	\$	\$
1-Débito: Resultado	270	
-Crédito: CMV		270
2-Débito: Resultado	50	
-Crédito: Despesas de salário		50
3-Débito: Resultado	12	
-Crédito: Despesas de aluguel		12
4-Débito: Resultado	5	
-Crédito: Despesas diversas		5
5-Débito: Vendas	330	
-Crédito: Resultado		330
6-Débito: Receitas eventuais	20	
-Crédito: Resultado		20

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

Fazendo os lançamentos em conta T (as quais possuíam os saldos demonstrados acima), teríamos:

CMV		Despesa de salário		Despesa de aluguel	
270	270 (1)	50	50 (2)	12	12(3)
Despesas diversas		Venda		Receitas eventuais	
5	5 (4)	(5) 330	330	(6) 20	20

Resultado		
(1)	270	330 (5)
(2)	50	20 (6)
(3)	12	
(4)	5	
	337	350
	13	
	350	350
		13

Observe que todas as contas de receitas e despesas ficaram com saldo zero. Por outro lado, o saldo da conta de resultado ficou \$13 (credor). Quando o saldo dessa conta é credor, significa que o resultado do período é lucro; se o saldo fosse devedor, o resultado seria prejuízo.

O procedimento de encerrar todas as contas de receita e despesa é normalmente efetuado uma única vez por ano, por ocasião do encerramento do exercício, quando as empresas são obrigadas a fazê-lo.

9) Provisão para o Imposto de Renda:

De acordo com a legislação vigente, todas as empresas que apresentam lucro no final de cada exercício social, deverão pagar um imposto sobre esse lucro, chamado imposto de renda.

Entretanto, nem sempre o lucro contábil do exercício de uma empresa é igual ao lucro sobre o qual incide o imposto de renda. Para fazer o cálculo do imposto de renda a pagar, a empresa parte de seu lucro contábil e, após diminuir do mesmo receitas não tributáveis, acrescentar despesas não dedutíveis e efetuar outros ajustes, chega ao lucro real. Sobre esse lucro incidirá uma alíquota que, multiplicada pelo mesmo, resultará no valor do imposto de renda a pagar. Esse valor somente será efetivamente pago

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

durante o exercício social seguinte.

Considerando que uma empresa deve pagar imposto de renda sobre os resultados positivos de cada exercício, ocorre que, na realidade, o lucro líquido contábil final do exercício será aquele que serviu de base inicial para o cálculo do imposto de renda menos o valor do imposto devido (que representa uma despesa realizada no próprio exercício, embora seja paga no exercício seguinte).

Desta forma o lucro líquido do exercício (não confundir com o saldo final da conta de lucros acumulados) será aquele já deduzido do imposto de renda.

Exemplo:

- Lucro contábil, antes do imposto de renda: \$ 5.000
- Valor do IR a pagar sobre o resultado do exercício: \$ 1.750

Desta forma, o lucro líquido do exercício será:

	\$
Lucro antes do imposto de renda	5.000,00
(-) imposto de renda	-1.750,00
Lucro líquido do exercício	3.250,00

Esse lucro líquido do exercício é o mesmo que será transferido da conta de resultado para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

O lançamento contábil da provisão para o imposto de renda pode ser feito de duas formas:

a) Pela utilização de uma conta de despesa com imposto de renda e após transferir o saldo desta para a conta de resultado.

exemplo (utilizando os dados do exemplo acima):

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

1) *Pela contabilização do imposto a pagar:*

	\$	\$
1-Débito: Despesa com imposto de renda	1.750,00	
-Crédito: Provisão para imposto de renda		1.750,00

2) *Pela transferência do saldo da conta de despesa para a de resultado:*

	\$	\$
1-Débito: Resultado do exercício	1.750,00	
-Crédito: Despesa com imposto de renda		1.750,00

b) *Pela utilização da própria conta de resultado para contabilizar o débito (sem utilizar uma conta transitória de despesa).*

exemplo:

1) *Pela contabilização do imposto a pagar:*

	\$	\$
1-Débito: Resultado do exercício	1.750,00	
-Crédito: Provisão para imposto de renda		1.750,00

A contabilização do imposto utilizando a forma “b” acima tem a vantagem de eliminar um lançamento contábil.ela utilização da própria conta de resultado para contabilizar o débito (sem utilizar uma conta transitória de despesa).

10) Provisão para contribuição social:

Algumas companhias prevêm em seus estatutos a destinação de uma parcela dos lucros como contribuição a instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados. A forma de cálculo dessa contribuição dependerá das disposições estabelecidas no estatuto.

De qualquer forma, a contabilização dessa provisão seguirá a regra ditada

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

para da demais provisões.

11) Distribuição do Lucro e Formação de Reservas:

Após a apuração do lucro depois do imposto de renda, faz-se a dedução das participações, previstas nos estatutos: de debêntures, de empregados, administradores e partes beneficiárias, e das contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados.

Após essas deduções, encontra-se o Lucro Líquido, que é a sobra líquida à disposição dos sócios ou acionistas.

Antes, porém, da distribuição aos sócios ou acionistas, a empresa poderá separar parte do lucro para a formação de reservas. Em sua forma mais genérica podemos dizer que as reservas representam a separação de parcelas provenientes de ganhos, com o objetivo de preservar o Patrimônio Líquido de uma sociedade.

Se uma empresa distribuisse entre seus proprietários todos os ganhos que auferisse, em breve provavelmente estaria com uma posição financeira bastante desfavorável. Portanto, ao invés de distribuir todos os seus ganhos, a empresa deve reservar uma parte dos mesmos para que possa continuar operando e se expandindo.

alguns dos ganhos de uma empresa são puramente contábeis. É o caso por exemplo, da reavaliação do ativo imobilizado. O resultado dessa reavaliação serve para atualizar o valor dos bens. Em contrapartida, o valor da reavaliação que aumenta o ativo representa, ao menos simbolicamente, um ganho para a empresa: o ativo imobilizado aumentou sem que se gastasse qualquer quantia. Supondo que esse ganho puramente contábil fosse distribuído em forma de dinheiro (dividendos), a empresa teria que pagar aos seus proprietários uma quantia que na realidade não recebeu. Isso representaria uma saída de numerário, o qual a empresa poderia estar utilizando em suas operações, na compra de estoques, pagamento de dívidas, etc. Assim, a legislação brasileira obriga que o aumento do valor de ativos resultante de reavaliações seja creditado em uma conta de reserva, restringindo a possibilidade de distribuição de ganhos fictícios, sob a forma de dividendos.

As reservas são sempre classificadas, no Balanço Patrimonial, no grupo do patrimônio Líquido, e podem ser de três espécies: a) reservas de capital; b) reservas de reavaliação; c) reservas e retenção de lucros.

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

As *reservas de capital* genericamente, representam acréscimos do Patrimônio Líquido (ganhos) que não transitam pela conta de resultado da cia, nem são provenientes de reavaliação de ativos. Os tipos de reservas de capital previstos na legislação são provenientes de: valor excedente, na colocação de novas ações, daquele destinado à formação do capital social; produto da alienação de partes beneficiárias; produto da alienação de bônus de subscrição; prêmio recebido na emissão de debêntures; doações e subvenções para investimentos (recebidas) e correção monetária da conta de capital realizado.

Com exceção da reserva proveniente da correção monetária da conta de capital realizado, que só é utilizável para aumento do capital social, os demais tipos de reserva acima mencionados podem ser utilizados para qualquer das seguintes finalidades: a) aumento de capital; b) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; c) resgates de partes beneficiárias; d) resgate, reembolso ou compra de ações; e) pagamento de dividendos às ações preferenciais, quando essa vantagem lhe for assegurada.

As *reservas de reavaliação*, conforme já mencionado anteriormente, refere-se à reavaliação espontânea de ativos, mediante avaliações efetuadas por peritos ou empresa especializada nessa função, fundamentadas com a indicação dos critérios e dos elementos de comparação adotados. O valor da reavaliação a ser contabilizado como reserva consiste na diferença entre o valor encontrado na avaliação (ou reavaliação) e o valor líquido pelo qual o bem está registrado na contabilidade da empresa.

A reserva de reavaliação somente poderá ser utilizada na proporção em que se realizarem os aumentos do valor dos bens constantes do laudo de avaliação.

Reservas e Retenção de Lucros: Reservas de lucros são aquelas constituídas pela apropriação dos lucros da cia. Conforme a Lei.6404/76, as reservas de lucros são classificadas em: a) Reserva legal; b) Reservas estatutárias; c) Reserva para contingências; d) Reserva de lucros a realizar; e) Retenção de lucros; f) Retenção de pagamento de dividendos (reserva especial).

A *reserva legal* tem por finalidade assegurar a integridade do capital social. É constituída anualmente pela apropriação de uma parcela do lucro líquido do exercício, calculados antes de qualquer outra destinação. Deve ser observado que a reserva legal é instituída por lei, independentemente da administração da cia.

Reservas estatutárias: O termo “estatutárias” diz respeito ao estatuto da

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

cia, ou seja, as normas pelas quais a cia. é regida e que são estabelecidas pelos acionistas (obedecidos, é claro, todos os requisitos legais). O estatuto poderá criar reservas, desde que, para cada uma: indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade; fixe os critérios para determinar a parcela anual do lucro que será destinada à sua constituição e; estabeleça o limite máximo de reserva. Salienta-se no entanto, que essas reservas estatutárias não podem interferir no cálculo do dividendo obrigatório.

Reservas para contingências: Uma contingência é uma situação, condição ou conjunto de circunstâncias que surgem para uma empresa, envolvendo incerteza quanto à possibilidade de determinadas despesas ou perdas incomuns virem a se efetivar no futuro, quando um ou mais eventos ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Consoante a Lei.6404/76, a cia. poderá destinar parte do lucro líquido à formação de reserva para compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de “perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado”.

Reservas de Lucros a realizar: Determinados ganhos ou receitas de uma empresa são reconhecidos contabilmente em função da aplicação de certos conceitos e princípios contábeis, ou imposições legais, mas não representam ganhos efetivos, realizados, expressos financeiramente. Se em função disso uma empresa considerou como receita um determinado valor que depende de realização futura, não é justo que esse montante que aumentou o resultado do exercício, seja considerado para fins de cálculo de dividendo obrigatório. Assim, mesmo embutido no lucro do exercício, ele é excluído do cálculo dos dividendos até que seja efetivamente realizado.

Contabilmente, o procedimento consiste em transferir o valor considerado como lucros a realizar da conta de lucros acumulados para a conta de reserva de lucros a realizar. Quando o lucro for finalmente realizado, nesse exercício o montante é revertido para a conta de lucros acumulados e passa a ser computado para fins de cálculo de dividendo obrigatório.

Retenção de Lucros: Além do dividendo obrigatório, os acionistas podem deliberar a distribuição de dividendos adicionais em cada exercício. Entretanto, havendo planos de investimento e expansão da cia., sua administração poderá propor aos acionistas a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, justificando, através de orçamento, a razão para a retenção de lucros proposta.

É necessário observar que, da mesma forma que para as reservas estatutárias, a reserva formada como retenção de lucros não pode interferir no cálculo do dividendo mínimo obrigatório, que deve ser calculado antes da mesma.

Professor Dourado Ritta

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

12) Elaboração do Balancete Final:

No encerramento de um período, após elaborarmos um balancete contendo todas as contas (incluindo contas de resultado), para que se possa elaborar os demonstrativos financeiros, é necessário que se transfira os saldos das contas de receita e despesa para uma única conta chamada de “conta de resultado” afim de apurar a situação da empresa.

As contas de despesas, que têm seus saldos devedores, serão debitadas na conta de resultado e creditadas (pelo saldo total) nas suas contas originais. Já as contas de receitas, que originalmente são contas credoras, devem ser creditadas na conta de resultado e debitadas (também pelo seu saldo) nas respectivas contas.

O balancete final conterà, portanto, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio líquido. Entre estas últimas, destacamos a conta de resultado, que retratará a diferença entre as contas de receita e despesas apresentadas no balancete inicial.

fim da parte teórica.

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13) Demonstração do Resultado do Exercício:

Demonstração dedutiva - A demonstração do resultado do exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período (12 meses). É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo).



A DRE Pode ser simples para micro ou pequenas empresas que não requeiram dados pormenorizados para a tomada de decisão, como é o caso de bares, farmácias, mercearias, etc... deve evidenciar o total de despesa deduzindo da receita, apurando-se, assim, o lucro sem destacar os principais grupos de despesas.

A DRE completa, exigida por lei, fornece maiores minúncias para a tomada de decisão: grupos de despesas, vários tipos de lucro, destaque dos impostos, etc... Em nosso estudo abordaremos o modelo completo, embora de forma sintética.

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

DRE simples			DRE completa	
Receita	V E R T I C A L	↑	V E R T I C A L	Receita Bruta
(-) Despesa				(-) Deduções
Lucro ou prejuízo				Receita Líquida
				(-) Custos das Vendas
				Lucro Bruto
				(-) Despesas Operacionais
				Lucro Operacional
				(-) Despesas não operacionais
				Lucro antes do I.R.
				(-) Provisão para o I.R.
				Lucro depois do I.R.
				(-) Distribuição dos lucros
				Lucro ou Prejuízo Líquido

14) Balanco Patrimonial:

Reflete a posição das contas patrimoniais em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado.

O Balanço Patrimonial (BP) é constituído de duas colunas: a coluna do lado direito é denominada *Passivo e Patrimônio Líquido*. A coluna do lado esquerdo é denominada *Ativo*.

REPRESENTAÇÃO GRAFICA



ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

A composição do ativo, como já é de nosso conhecimento, evidencia os bens (máquinas, terrenos, estoques, dinheiro (moeda), ferramentas, veículos, instalações, etc...) e direitos (contas a receber, duplicatas a receber, títulos a receber, ações, títulos de crédito, etc...).

Para ser ativo é necessário que qualquer item preencha quatro requisitos simultaneamente:

- a) constituir bem ou direito para a empresa;
- b) ser de propriedade, posse ou controle de longo prazo da empresa;
- c) ser mensurável monetariamente;
- d) trazer benefícios presentes ou futuros.

A composição do Passivo, simplificada, evidencia toda a obrigação (dívida) que a empresa tem com terceiros; contas a pagar fornecedores de matéria-prima (a prazo), impostos a pagar, financiamentos, empréstimos, etc...

O passivo é uma obrigação exigível, isto é, no momento em que a dívida vencer, será exigida (reclamada) a liquidação da mesma. Por isso é mais adequado denominá-lo *passivo exigível*.

O Patrimônio Líquido evidencia recursos dos proprietários aplicados no empreendimento. O investimento inicial dos proprietários (a primeira aplicação) é denominado, contabilmente, Capital. Se houver outras aplicações por parte dos proprietários, acréscimos ao capital.

15) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados:

Inicialmente, informamos que a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, é um instrumento de integração entre o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício.

Apenas uma parte do Lucro Líquido é distribuída para os proprietários da empresa, em forma de dividendos. A maior parcela, normalmente, é retida na empresa e reinvestida no negócio.

A destinação (canalização) do Lucro Líquido para os proprietários (distribuição de dividendos) ou o reinvestimento na própria empresa (retenção de lucro) serão evidenciados na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, antes de serem indicados no Balanço Patrimonial.

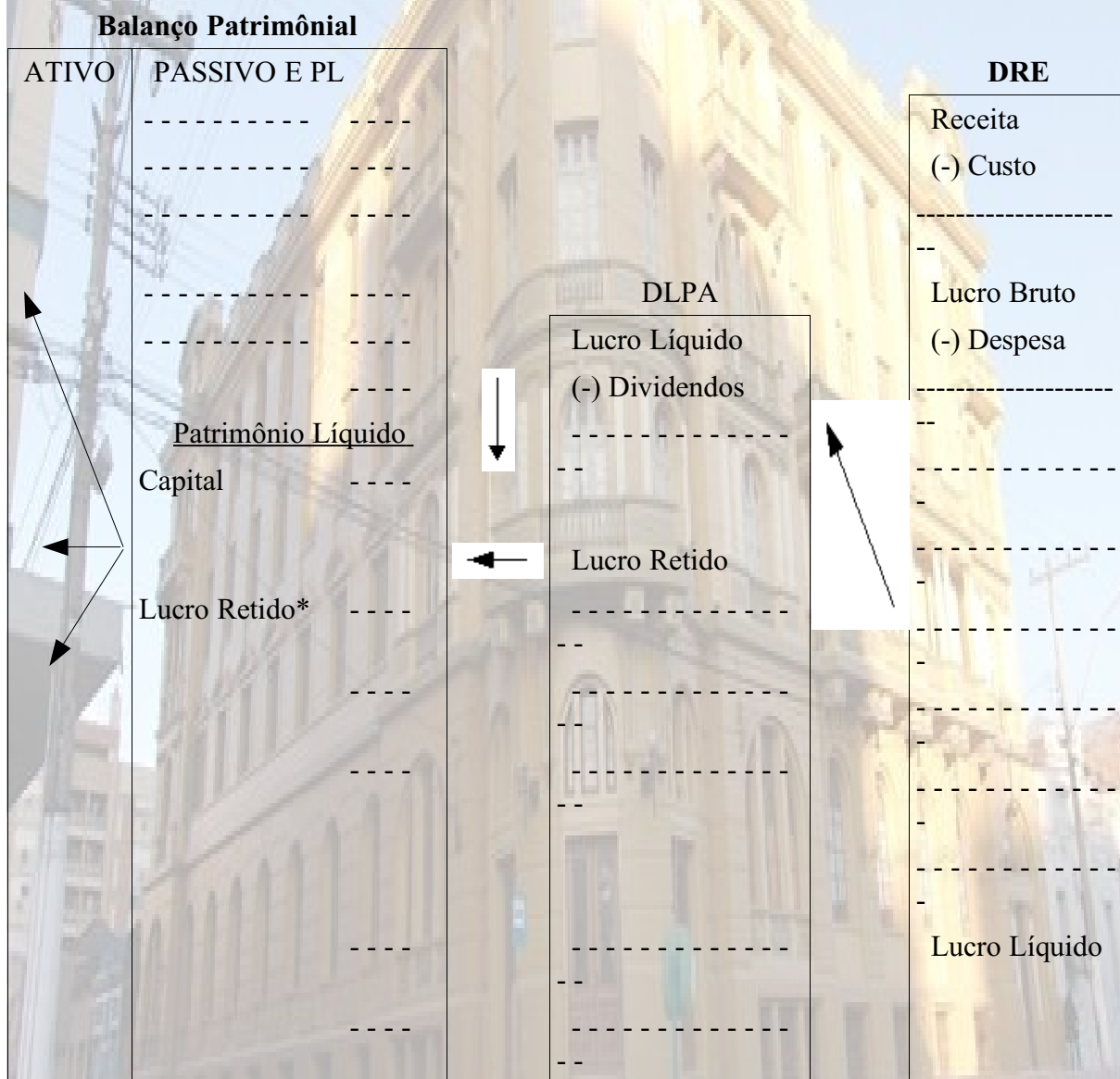
Encerra-se a Demonstração do Resultado do Exercício com a apuração do

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

Lucro Líquido. Em seguida, transporta-se o Lucro Líquido para a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados para efetuar a sua distribuição.

Após a destinação do Lucro Líquido, o que fica retido é transportado para o Balanço Patrimonial, no grupo Patrimônio Líquido (recurso dos proprietários); há, assim, mais uma origem de recursos para a empresa, e tal origem é aplicada no Ativo.

Representação Gráfica



* Lucros acumulados

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

16) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos:

O lado do Passivo, tanto Capital de Terceiros (Passivo Exigível) como Capital Próprio (Patrimônio Líquido), representa toda a fonte de recursos, toda a origem de Capital. Nenhum recurso entra na empresa se não for via Passivo e/ou Patrimônio Líquido.

O lado do Ativo é caracterizado pela aplicação dos recursos originados no Passivo e no Patrimônio Líquido.

Assim, se a empresa tomar emprestado recursos de uma instituição financeira (banco, por exemplo), haverá uma origem de recursos: Passivo. Todavia, esses recursos originados serão aplicados em algum lugar do ativo: Estoques, Máquinas, Caixa...

Dessa forma, fica bastante simples entender porque o Ativo será sempre igual ao Passivo, pois a empresa só pode aplicar aquilo que tem origem. se há uma origem de \$ x (Passivo + PL), haverá uma aplicação de \$ x (Ativo).

17) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:

Ao contrário da DLPA (Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados) que fornece a movimentação, basicamente, de uma única conta do Patrimônio Líquido (Lucros Acumulados), *A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)* evidencia a movimentação de diversas (todas) contas do PL ocorrida durante o exercício. Assim, todo acréscimo e diminuição do Patrimônio Líquido são evidenciados através desta demonstração, bem como da formação e utilização das reservas (inclusive aquelas não originadas por lucro).

Embora não seja uma demonstração obrigatória, a DMPL é muito mais completa e abrangente que a DLPA. É consideravelmente relevante para as empresas que movimentam constantemente as contas de Patrimônio Líquido. Se elaborada esta demonstração, não há necessidade de se apresentar a DLPA, uma vez que aquela inclui esta.

Resalta-se ainda, que a DMPL é fundamental para a elaboração da Demonstração de Origens e Aplicações de recursos e para ser fornecida às empresas (investidoras) que avaliam seus investimentos permanentes em coligadas ou controladas pelo Método da Equivalência Patrimonial.



Professor Dourado Ritta

ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS

18) Publicação das Demonstrações financeiras:

Todas as empresas sociedades anônimas estão obrigadas por Lei a publicarem suas demonstrações financeiras, sendo o BP e a DRE obrigatórios e ainda a empresa deverá publicar a DLPA ou a DMPL complementando a coleção de publicações, devidamente acompanhadas por parecer de auditor.